

Resenhas



VAN OERS, Bert; WARDEKKER, Wim; ELBERS, Ed; VAN DER VEER, René (Org.) ***The transformation of learning: advances in cultural-historical Activity Theory***. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. 401 p.

Resenhado por Christiane Heemann

O livro *A transformação da aprendizagem: avanços na teoria histórico-cultural da atividade*, organizado por Bert van Oers, Wim Wardekker, Ed Elbers e René van der Veer, todos professores de universidades holandesas, apresenta uma coletânea de vinte artigos selecionados a partir do Congresso da Sociedade Internacional para Pesquisa em Teoria da Atividade (ISCAR) realizado em Amsterdã em 2002. O livro exibe uma visão geral de avanços significantes da teoria histórico-cultural da atividade cujo foco principal está na evolução de conceitos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento de práticas escolares, e contribui para as transformações tanto conceituais quanto práticas da atual visão de ensino e aprendizagem. O livro está organizado em três seções: (1) Princípios da Teoria da Atividade; (2) Identidade, Diversidade e Inclusão, e (3) Dinâmicas da Atividade e as Variações de Aprendizagem. Cada uma das seções é introduzida por um dos organizadores do livro, que apresenta uma visão geral dos artigos a serem lidos.

A introdução do livro, que se configura como capítulo 1, *Aprendizagem e a teoria da aprendizagem sob o ponto-de-vista histórico-cultural*, de autoria de van Oers, destaca a visão de Vygotsky de que desenvolvimento e aprendizagem dependem da maneira que alunos e educadores interagem e aprendem a compartilhar as ferramentas culturais. A estrutura e o significado da ferramenta em uma comunidade em particular influenciam as ações que as pessoas realizam; assim, a ferramenta cultural é um grande determinante semiótico (Wertsch, 1998) uma vez que a aprendizagem está sempre relacionada a ações materiais, perceptuais, verbais ou mentais, que são desempenhadas pelos aprendizes.

A primeira seção é composta por oito capítulos que giram em torno das idéias de Vygotsky, explorando o legado por ele deixado e principalmente suas idéias gerais: o estudo da mente da pessoa através do meio social, os métodos de investigação (método da dupla estimulação), idéias específicas (a estrutura sistemática da mente, a

noção de certos conceitos científicos, a zona de desenvolvimento proximal), e principalmente a noção de mediação. Vygotsky, uma vez que não deixou uma teoria sistematicamente elaborada, não fez uma ligação explícita entre tais conceitos, o que nos leva a crer que muito ainda precisa ser feito para esclarecer tais conceitos. Esta seção apresenta parte desse esforço teórico: baseados nas idéias de Vygotsky de mediação, os autores dos artigos fornecem algumas respostas provisórias, sugerem interpretações específicas, levantam algumas questões e demonstram como determinadas noções têm sido trabalhadas por teóricos posteriores a Vygotsky.

Esta primeira seção apresenta artigos bastante instigantes, com estudos bem distintos um dos outros. Um dos artigos a ser destacado é *Múltiplas leituras de Vygotsky*, no qual van der Veer salienta a importância do estágio da mediação material como um pré-requisito para a mediação semiótica de cada tarefa, discussões essas feitas originalmente por Vygotsky, Luria, Leontiev e seus alunos, acabando por salientar que os meios semióticos pré-verbais são muito importantes no processo de negociação sobre significado em qualquer cultura e que foram deixados de lado por Vygotsky. Em outro artigo, *Reflexões sobre pontos de partida no desenvolvimento da Teoria Sociocultural da Atividade*, Daniels levanta a questão da mediação não-verbal através de artefatos e sugere uma forma potencial de mediação envolvendo crianças, que é a exposição de desenhos infantis. Os achados de Daniels trazem uma questão importante que é a regulação do comportamento das crianças por outros meios semióticos que não a fala, baseando-se na visão de Vygotsky de que para entender o indivíduo precisamos primeiro considerar as relações sociais nas quais tal indivíduo está inserido. No último capítulo dessa seção, *Sujeito, subjetividade e desenvolvimento na Psicologia Histórico-Cultural*, González, um dos dois professores de universidades brasileiras, discute a questão de sentido versus significado levantada por Vygotsky em 1930. Para o autor, cada pessoa dá um sentido pessoal às palavras baseado na sua própria experiência; assim, o sentido pessoal das palavras é sempre subjetivo e emocional. O autor argumenta que cada pessoa desenvolve uma construção privada de sentidos subjetivos que estão limitados, mas não determinados, pelas situações sociais que a pessoa participa.

No artigo *A experiência de formação na era da hipermídia e educação a distância*, Giest contrasta o método da dupla estimulação,

agora chamado de método genético-causal, com a clássica experiência: enquanto esta pressupõe um sujeito passivo que reage aos estímulos presentes, aquele pressupõe sujeitos criativos que interpretam e modificam o seu ambiente e, conseqüentemente, a si mesmos. Giest faz uma ligação do método genético-causal com o conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), argumentando que usar ferramentas ou ser ajudado pelos outros faz com que possamos atingir novas zonas de desenvolvimento. A questão que surge é se os computadores são capazes de fornecer as ferramentas ou a ajuda necessárias. Para o autor, cooperação e programas adequados criam uma ZDP para adultos assim como cooperação e um adulto mais capaz criam uma ZDP para a criança. Este capítulo, conforme salientado por van der Veer na introdução da primeira seção, traz uma resposta tardia à crítica feita ao conceito de ZDP nos anos 30 de que tal conceito excluiria a aprendizagem adulta (van der Veer, 2002).

No capítulo *Construtivismo e construção significativa*, Arendt faz uma reflexão sobre a natureza do relacionamento pessoa-cultura. A pessoa gera cultura com base em um mundo socialmente constituído. Diferentemente de Giest, Arendt acredita que tal visão nos permite combinar o enfoque sociocultural com a escola de Piaget. As crianças não recebem modelos culturais, mas são confrontadas com condições que estimulam a reflexão, levando à reconceitualização dessas condições e assim por diante. O autor argumenta que o significado é construído em um processo dialético, e a idéia de os significados atribuídos às palavras pelos diferentes falantes de uma comunidade lingüística serem compatíveis traz novamente a questão da construção do sentido pessoal.

A segunda seção inclui seis artigos que abordam o tema “identidade, diversidade e inclusão”, e discutem o conceito de identidade pessoal como uma forma de pensar sobre a integração de ferramentas culturais e cognitivas e sobre as formas de agir e de desenvolvimento das pessoas, uma vez que identidade não é somente desenvolvimento cognitivo ou uso de ferramentas culturais. Duas questões importantes são salientadas: a primeira questão é que identidade é entendida como uma ferramenta cultural a ser apropriada. Cada pessoa deve aprender a usar a identidade como uma ferramenta cultural, como um princípio integrado a outras ferramentas cognitivas como sentimentos, pensamentos, e ações

também. Outras ferramentas mentais somente funcionam adequadamente se estiverem integradas à identidade da pessoa, ou seja, se esta pessoa se ver como alguém capaz de usar tal ferramenta, uma vez que identidade não é algo adquirido para o resto da vida, e sim algo que está em constante desenvolvimento já que a pessoa está aprendendo e assim modificando-se. A outra questão é de que a identidade é predominantemente baseada na linguagem, no discurso, como a maioria dos artigos desta seção propõe. Para os autores dessa seção, construir uma identidade discursiva é contar uma história sobre si próprio para si próprio e para os outros, uma história que pode ser a base do que os autores Edwards e Mackenzie chamam de ação agente. A identidade pode ser vista como uma bricolagem de elementos preexistentes que sempre refletem uma posição social. Um dos artigos bastante interessante nesta seção é *Discurso na perspectiva histórico-cultural: Análise Crítica do Discurso, Teoria Histórico-Cultural da Atividade e o Estudo da Mudança Social*, no qual Collins exemplifica como o discurso de poder inibe processos de identidade em um grupo; sua análise demonstra como o modelo da teoria da atividade (baseada em Engeström) pode mostrar pontos de vista essenciais para o entendimento da aprendizagem e do desenvolvimento que não são contemplados em outras teorias.

A terceira seção apresenta seis estudos realizados em contextos de aprendizagem distintos e versa sobre os desafios da teoria sociocultural e da atividade em ambientes sociais de aprendizagem. De Groot Kim, van Oers e Japiassu, esse último o segundo autor brasileiro incluído na obra, discutem diversas formas de brincadeiras de crianças e o seu significado para o desenvolvimento. Hedegaard e colegas, Rojas-Drummond e colegas tratam sobre a aprendizagem de crianças em contextos informais. Os autores dessa seção diferem nos enfoques sobre aprendizagem na sua apresentação, nos métodos utilizados e na forma como eles relacionam as teorias sociocultural e da atividade. No entanto, os autores parecem partilhar do compromisso de ampliar o desenvolvimento de tais teorias, fazendo observações sobre dois aspectos importantes: primeiro, eles expressam uma necessidade de entender como as crianças contribuem para o seu próprio desenvolvimento a partir da participação em atividades culturais, o que significa que elas contribuem para essas atividades e conseqüentemente para a criação das condições de aprendizagem. Aprendizagem, para os autores, é uma atividade construtiva em que

as crianças criam algo de novo. O desafio, então, é tornar visível este processo criativo. O segundo aspecto está relacionado com o primeiro: se as crianças contribuem para as condições da sua própria aprendizagem, como isso influencia a sua identidade e os seus relacionamentos com as outras crianças?

Ao refletir sobre diferentes situações de aprendizagem, os autores desta seção contribuem para as duas questões anteriormente mencionadas. Os artigos de Hedegaard e van Oers são relevantes para a questão da contribuição das crianças para o seu desenvolvimento. Hedegaard, a partir de um enfoque de duplo movimento, conecta as atividades exploratórias da criança com o currículo da escola; van Oers, utilizando o conceito de inscrição de Latour, apresenta a atividade de brincar como um processo que permite às crianças criar significados que transcendam as circunstâncias da brincadeira. Os outros autores exploram a segunda questão: Rojas-Drummond e colegas com a noção de desenvolvimento intermental entre pares; Japiassu com a sua elaboração de significado educacional de brincar (faz-de-conta); de Groot Kim com a sua ênfase na importância das atividades não-verbais durante a brincadeira na pré-escola, e Raham e colegas com a sua noção de compartilhar aprendizagem e uma multiplicidade de experiências.

Levando em conta o que foi apresentado, concluímos sugerindo a leitura desse livro por aqueles que se interessam pelo estudo do processo de ensino-aprendizagem e que buscam na teoria histórico-cultural da atividade respostas para suas inquietações. Cabe salientar que esse não é um livro destinado àqueles que estão iniciando na dita teoria, por ser um livro longo e bastante complexo, e sim a estudiosos que já possuam certo embasamento teórico.

REFERÊNCIAS

VAN DER VEER, René. Vygotsky criticized. *Journal and Russian and Eastern European Psychology*, v.6, n.1, p.38- 39, 2002.

WERTSCH, James. *Mind as action*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

VIEIRA, Josenia A. et al. ***Reflexões sobre a língua portuguesa: uma abordagem multimodal***. Petrópolis: Vozes, 2007. 148p.

Resenhado por Ana Cláudia Pereira de Almeida

Nas diversas relações sociais cotidianas, existem práticas que causam estranhamento aos que não pertencem a determinadas “tribos”, comportamento do qual a ciência não está ilesa, já que diferentes linhas teóricas ou procedimentais não raro julgam e emitem juízos de valor sobre posturas e pensamentos distintos dos seus. À concepção de ‘multimodal’ não se faz exceção, já que o próprio termo que designa a prática adquire significado próprio, numa tentativa de trazer para a sala de aula os recursos que os alunos já utilizam nas atividades pelas quais optam – e que estão no eixo extraclasse.

Dessa forma, incorporar às aulas de Língua Portuguesa os mesmos recursos dos videogames – como som, imagem, movimento e interação –, ainda que pareça ousado e distante da realidade de muitas salas de aula, é tão trabalhoso quanto arquivar material unidimensional usado com uma turma de alunos para que tenha condições de ser utilizado nos anos subseqüentes. Ainda, o tempo gasto pelo professor para procurar uma lição pronta em um livro didático, para xerocar, é idêntico ao que pode usar para salvar uma imagem da internet ou baixar um arquivo de som – o que mostra que multimodais não devem ser apenas os recursos, mas principalmente o profissional da educação.

Assim, o objetivo da obra *Reflexões sobre a língua portuguesa: uma abordagem multimodal* é o de “divulgar ao público os resultados de investigações em Análise de Discurso Crítica (ADC), realizadas pelos membros do Centro de Pesquisas Lingüísticas em Análise de Discurso Crítica (CEPADIC)”. Para cumprir o que propõe, o livro se organiza em quatro grandes capítulos, cuja responsabilidade é dos professores Josenia Vieira, Harrison da Rocha, Cristiane Maroun e Janaína Ferraz em que, respectivamente, desenvolvem conteúdos sobre o texto multissemiótico, sobre o repensar do ensino da LP em perspectiva multimodal, sobre a multimodalidade nos livros didáticos de LP e, por fim, sobre a construção da identidade do brasileiro via livro didático de Português para estrangeiros.

O capítulo de abertura, chamado *Novas perspectivas para o texto: uma visão multissemiótica*, baseia-se na natureza social da linguagem para explicar as mudanças na escrita e, por isso, a necessidade de se estudar os contextos e as mudanças sócio-históricas para que se entendam os novos gêneros textuais que surgem – neste caso, a ênfase concentra-se nas mídias e nos modos de comunicação que surgiram nas últimas décadas. Ou seja, “ao texto pós-moderno, acresce a necessidade de utilizar mais do que uma articulada composição de frases e períodos. Necessita-se de imagens, e até mesmo de sons e de movimentos (TV, cinema e internet), que se entrelaçam para construir os novos sentidos exigidos pelos textos contemporâneos” (p.9).

Assim, a autora lança mão de propaganda veiculada em jornal, tábua de imagens disponível em *software* de bate-papo, foto salva da internet e fragmento de sala de *chat* para, na prática, ilustrar e exemplificar os gêneros híbridos de Chouliaraki e Fairclough, já que “a imagem se confunde com o não verbal e constrói novos sentidos discursivos” (p.15). Acrescenta a isso a necessidade de considerar o caráter interdiscursivo de Bakhtin, além das teorias de representação e da concepção semiótica dos textos multimodais de Kress, Leite-Garcia e van Leeuwen nessas análises.

Ao fazer uso dessas estratégias e teorias, o professor oportuniza que os estudantes alcancem o letramento que, nestes tempos pós-modernos, é sinônimo não apenas de saber utilizar a leitura e a escrita em diferentes papéis sociais, como também manejar as questões de formulação da escrita, do discurso e da pragmática. Ao mesmo tempo, o sujeito-leitor entende melhor o mundo em que está inserido e desenvolve outras formas de se posicionar, já que, em contato com diversos gêneros, conhece estratégias e incrementa maneiras de aceitar e/ou refutar o que lhe é apresentado. Em outras palavras, ao trabalhar com gêneros, mais do que conteúdos de Língua Portuguesa, proporciona-se acesso à cidadania – o que extrapola as “meras” questões textuais desconexas que costumam ser levadas à sala de aula e faz cumprir efetivamente o papel das instituições de ensino.

No capítulo seguinte, *Repensando o ensino de Língua Portuguesa: uma abordagem multimodal*, o professor Harrison da Rocha expõe parte do conteúdo de sua dissertação de mestrado – e tal informação subentende os percursos teórico e prático neste presentes. Rocha, após realizar revisão histórica com o intuito de mostrar a gênese

sociolinguística – e, com isso, elucidar o porquê de até hoje ser tida como instrumento de poder –, fala da importância do uso de gêneros literários na escola, uma vez que atuam como agentes identitários e, conseqüentemente, de inclusão. Não por acaso a LDB e os PCNs sugerem o uso.

Rocha, ainda, faz extensa revisão bibliográfica, não apenas de estudiosos da semiótica, como Kress, Leite-Garcia e van Leeuwen, como também de Bakhtin, Fairclough e Marcuschi. A ênfase, entretanto, centra-se nos primeiros, cujos pressupostos embasam a análise multimodal que o autor procede de uma página de jornal. Por fim, Rocha sublinha a importância de se aplicar o que ora demonstra: em vez de regras gramaticais, usar o tempo das aulas de Língua Portuguesa da escola para, a partir de gêneros textuais, perceber as estratégias de construção das partes verbal e não-verbal, discutir as escolhas lexicais e os diferentes sentidos que a escolha de outros termos implicaria. Dessa forma, efetivamente a escola pratica o que propõe a LDB: “leva o aluno à cidadania pela criticidade e pelo espírito investigativo, científico” (p.47).

A terceira parte da obra, *O texto multimodal no livro didático de português*, cuja autoria é de Cristiane Maroun, discute as mudanças nas práticas de escrita e de que forma a multimodalidade dos textos é explorada nos livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio – neste caso, são usadas obras de Cereja e Magalhães e de Abaurre. Ainda, em função de o significado do texto multimodal “realizar-se por mais de um código semântico” (p.77), os teóricos de maior destaque na semiótica – van Leeuwen e Kress – são citados, além de linguistas como Fairclough e Marcuschi.

O que se tem nos livros didáticos hoje é um esforço para adequar-se ao trabalho com gêneros e, conseqüentemente, com categorias multimodais, como prescrevem os PCNs. Em se tratando de Cereja e Abaurre, tem-se não apenas os mais conhecidos autores de livros didáticos brasileiros da atualidade, como também os responsáveis já há algum tempo pela ideologia que subjaz nos textos que figuram nos livros e a forma como sugerem que determinado conteúdo seja encarado. A relevância desses dois itens se acentua quando são encontradas nos livros didáticos piadas de cunho machista e/ou xenófobo, por exemplo, sendo tratadas com naturalidade, sem que haja problematização do teor de tal tipo textual.

A autora, por meio de exemplos, analisa dois textos extraídos das obras escolares, sob as categorias analíticas de Kress e van Leeuwen, de Fairclough e de Thompson. A partir disso, sublinha a importância do uso de multimodalidades não como ilustrações mas na qualidade de partes constituintes de significado no texto.

Multimodalidade e formação identitária: o brasileiro em materiais didáticos de Português Língua Estrangeira (PLE) é o último capítulo da obra. Nele, a autora Janaína Ferraz discute “os reflexos trazidos por mudanças na linguagem para a configuração de materiais didáticos de português para estrangeiros, enfocando a construção da identidade do brasileiro nesses materiais” (p.109). A exemplo dos capítulos anteriores, neste também são usados como aporte teórico os conceitos de Fairclough, van Leeuwen e Kress para as análises lingüísticas. As questões relativas à identidade se apresentam sob as teorias de Giddens e Hall, e estão intimamente ligadas à ADC.

Preparar um estudante “para a interpretação eficiente de textos multimodais em outras línguas” passa obrigatoriamente pela idéia de se considerar as questões de identidade quando da elaboração dos materiais didáticos. Isso se justifica pelo fato de que “para que as habilidades lingüísticas sejam desenvolvidas, mesmo em ambiente formal, é importante proporcionar ao aluno melhor conhecimento da cultura dos falantes nativos da língua-alvo, de maneira a lhes proporcionar domínio crítico necessário dos vários modos semióticos que o cercam” (p.119).

A autora também enfatiza, por meio das falas de Bakhtin e Marcuschi, que todos os textos se realizam em algum gênero e que todos os gêneros comportam uma ou mais seqüências tipológicas e são produzidos em algum domínio discursivo. Ainda, que os livros didáticos desde a capa já obedecem a um formato socialmente estipulado e, por isso, nos de língua estrangeira comumente são usados estereótipos que remetam ao país de origem da língua-alvo: no caso do Brasil, além das cores, é comum encontrar signos que remetam ao futebol, ao carnaval e ao Rio de Janeiro, por exemplo.

Assim, o que de comum há nas quatro partes que compõem a obra *Reflexões sobre a língua portuguesa: uma abordagem multimodal* são os gêneros textuais, já que a natureza da maior parte deles sugere uso de partes verbais e não-verbais na construção dos sentidos. Estas, por sua vez, requerem do leitor a análise de componentes extratextuais, o reconhecimento de intertextualidades, paródias e paráfrases para

que, a partir dessas multimodalidades, o estudante de Língua Portuguesa faça relações e amplie sentidos, num processo de recepção ativa da mensagem.

Se a escola se ocupa em preparar dessa forma os estudantes, muito mais do que decodificar caracteres, os egressos terão desenvolvida a habilidade de avaliar aquilo que lêem, sinônimo de cidadania. Tal proposta se opõe ao que ocorre no Brasil de hoje, em que 67% dos tidos como alfabetizados são analfabetos funcionais – estatística que denuncia a ineficiência das abordagens ingênuas. Por isso a urgência de a escola ir ao encontro do que espera o estudante e do que necessita o cidadão: para que as diretrizes e bases prescritas pela legislação se apliquem e gerem resultados.

CORREA, Djane A. (Org.). ***A relevância social da lingüística: linguagem, teoria e ensino.*** São Paulo: Parábola; Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2007. 135p.

Resenhado por Alicia Endres Soares

*O lingüista é freqüentemente confundido
com um poliglota ou um gramático tradicional.*
Kanavillil Rajagopalan

A necessidade de se evidenciar, ainda hoje, o valor e os méritos de um campo de estudo ou de um ramo científico parece inoportuno, mas não em se tratando da área da Lingüística. Esta parece a cada dia ter que traçar evidências de sua importância e influência não só para o ensino de línguas, mas para tudo o que diz respeito à *linguagem*. De fato, a Lingüística é pouco conhecida entre os leigos, o que faz com que em uma conversa cotidiana muitas vezes nos perguntem: “Lingüística? Lingüistas? O que é isso?”. Em 2003, Rajagopalan já integrava em seu livro um capítulo intitulado *O lingüista e o leigo: por um diálogo cada vez mais necessário e urgente*, mostrando como o trabalho dos lingüistas é pouco reconhecido no âmbito político-social.

Nesse caminho, uma referência profícua, que busca elucidar tais questões, surge com a obra 18 da coleção *Na ponta da língua*, da

Parábola Editorial, organizada por Djane Antonucci Correa: *A relevância social da lingüística: linguagem, teoria e ensino*, publicada em 2007. Trata-se de um livro que reúne diferentes vozes, sob enfoques distintos, para abordar as inúmeras contribuições que as teorias lingüísticas têm oferecido. O livro conta com 135 páginas que tratam da relevância da lingüística sob um olhar presente, embora precise retomar, por vezes, aspectos históricos. Dessa forma, cada autor se posiciona a respeito de um mesmo tema, mas focalizando (inter)faces diversas da Lingüística e dos lingüistas. Comprovam-se, assim, no decorrer da obra, as contribuições advindas de áreas como Sociolingüística, Lingüística Aplicada, Análise do Discurso, Semântica Argumentativa.

Djane Correa, doutora em Letras com dedicação a questões de linguagem e ensino, organizadora também do livro 19, *Práticas de letramento no ensino: leitura, escrita e discurso* (2007), da mesma coleção, é quem introduz o volume, que traz como autores Carlos Alberto Faraco, Maria do Rosário Gregolin, Gilvan Müller de Oliveira, Telma Gimenez e Luiz Carlos Travaglia, estruturando o livro em seis textos. *A língua como instrumento de relevância social e a integração do conhecimento*, escrito pela organizadora, abre a obra e, além de iniciar a discussão proposta, apresenta sucintamente os próximos textos, situando para o leitor o que ele irá encontrar nas próximas páginas.

Em seguida, Carlos Alberto Faraco, conhecido como leitor de Bakhtin e autor de livros sobre prática de texto, contempla, em *Por uma pedagogia da variação lingüística*, a questão da pedagogia da língua materna, propondo que esta seja repensada como uma parceria entre áreas e não como sendo um “monopólio dos lingüistas” (p.23). Segundo o autor, há equívocos ao se tratar da variação lingüística que precisam ser elucidados. Partindo das idéias de um texto pioneiro sobre lingüística em nosso país, “Tarefas da Lingüística no Brasil” (1996), de Aryon Rodrigues, Faraco aponta alguns de tais equívocos e busca esclarecê-los. Retoma a distinção entre norma culta e norma-padrão, colocando a segunda como um “instrumento de violência simbólica e exclusão sociocultural” (p.35). Ao longo do texto, Faraco identifica as positivas intervenções dos lingüistas para o ensino de língua materna, mas apenas no que tange à leitura e à produção textual, tendo em vista que ele mostra o quanto a escola, os livros didáticos e os exames nacionais encontram-se atrasados ao tratar do tema da variação lingüística.

O artigo que segue é de autoria da professora da UNESP, especialista em Análise do discurso, Maria do Rosário Gregolin, e intitula-se *O que quer, o que pode essa língua? Teorias lingüísticas, ensino de língua, e relevância social*. Um ponto fundamental exposto pela autora logo no início de seu texto é a idéia de que não há como se separar ciência e ideologia, já que ambas constituem a vida e a realidade humana. No primeiro momento, ela explora as concepções teórico-metodológicas que regiam o ensino de língua a partir do século XIX, percorrendo as idéias relativas à língua desde a gramática normativa até as idéias proeminentes de teorias lingüísticas modernas. Discorre, dessa forma, delineando um panorama que perpassa, de modo conciso, mas esclarecedor, a trajetória da incorporação da sociolingüística, da lingüística textual e das teorias da enunciação e do discurso, no ensino de línguas. Por fim, a autora, com o exemplo de um texto publicitário, tece pontos da Análise do Discurso que considera essenciais para orientar o ensino, a saber: “o texto, o discurso e o gênero”; “produção de efeitos de sentido”; “a não-evidência, a não-transparência da linguagem”; e a “memória discursiva, o repetível, a circulação dos enunciados, intertextualidade e a interdiscursividade”.

Dando continuidade à obra, Gilvan Muller de Oliveria, coordenador do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística (IPOL) e que transita também em história da lingüística, é responsável pelo texto *A ‘virada político-lingüística’ e a relevância social da lingüística e dos lingüistas*. Nesse trabalho, o autor traz à tona o que ele chamou de “crise de ‘serventia’ da lingüística”. Para isso, se vale da ruptura entre os estudos da linguagem e a literatura, demonstrando que o que está posto em xeque não são os estudos literários, os quais estariam girando um “imenso mercado do imaginário” da população (p.82), mas sim a Lingüística, que teria se desvinculado dos estudos literários, tornando-se independente, porém anulando o falante, a sociedade e as comunidades lingüísticas, no intuito de consagrar-se como uma ciência. Enfatiza a serventia da Lingüística e dos lingüistas, revelando serem estes mais importantes que a própria lingüística. Com isso, no decorrer de seu texto, Oliveira discute o porquê de a gramática continuar sendo tão valorizada, e discute também as atribuições dos lingüistas, que ele julga como “muito mais relevantes que a lingüística” (p.88). Por fim, ele justifica seu título “virada político-lingüística” “dando ênfase ao nascimento

de uma “outra” lingüística, aquela que não deixa de lado a sociedade, mas que caminha junto com ela.

Seguindo este caminho temático, em a *Relevância social dos estudos da linguagem*, Telma Gimenez, docente-pesquisadora da Universidade Estadual de Londrina, procura trazer uma contribuição para a distinção entre Lingüística e Lingüística Aplicada. Aborda pontos de vista de diferentes autores acerca desse debate, conclui que a segunda parece estar mais preocupada com situações concretas da sociedade e ainda coloca a mídia como imprescindível para um diálogo mais efetivo com a população. Nesse rumo, Gimenez trata, por fim, dos eventos midiáticos que colocaram em pauta o debate sobre a cartilha do politicamente correto editada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal em 2005 e do projeto de lei dos estrangeirismos, do deputado Aldo Rebelo, em 1999. A autora não só esclarece tais debates como destaca o papel da mídia na aproximação entre elaboradores de políticas, especialistas da linguagem e população. Aos pesquisadores da linguagem cabe um papel maior para essa aproximação, como por exemplo, a busca de publicações de suas pesquisas também em meios não-acadêmicos.

Sob o título *A relevância social dos estudos lingüísticos e o ensino de língua*, Luis Carlos Travaglia, pesquisador dedicado a questões de ensino e aplicabilidade de teorias, é quem encerra a obra. Nesse capítulo, Travaglia começa por discutir o que se entende por ciência e quando e como uma ciência é pertinente para sociedade. Apresenta os planos em que uma ciência precisa contribuir à vida das pessoas e, já que tem seu foco no ensino, finaliza a obra oferecendo exemplos de atividades geradas a partir dos estudos lingüísticos. O exemplo contemplado pelo autor parte da Semântica Argumentativa e orienta uma prática baseada em conhecimentos teóricos que, sem dúvida, aprimora o ensino de língua materna.

A articulação de todos esses pontos levantados em *A relevância social da lingüística: linguagem, teoria e ensino* esclarece bastante a relevância de nossos estudos. Esta obra apresenta uma leitura atual, agradável, coerente e que costura, de certa forma, nossos conhecimentos. Precisa ser lida. No entanto, tendo em vista o modo como foram desenvolvidos os textos e a linguagem utilizada, parece que ainda estamos diante de uma obra voltada para a academia. Para convencer a nós mesmos. Em suma, se queremos o diálogo com o leigo, com toda a sociedade, permanece a necessidade de se promover

um livro sobre a Lingüística destinado a toda a comunidade, acadêmica ou não. Como disse Telma Gimenez em seu artigo, carecemos desse diálogo, sobretudo na mídia.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de lingüística*. São Paulo: Contexto, 2008. 254p.

Resenhado por Valesca Brasil Irala

A década vigente parece indicar uma fértil popularização de temas e publicações que se propõem a introduzir aos não-iniciados (alunos de graduação de Letras, Comunicação ou outros da área de Humanas) temáticas próprias do campo da Lingüística. Nesse sentido, diferentes editoras têm firmado seu nicho em apresentar aos seus leitores potenciais obras que se asseguram da pretensão de se tornarem verdadeiros “manuais” para disciplinas universitárias, especialmente em nível de graduação.

A seguir, pretendo discorrer sobre uma dessas obras, realizando a minha leitura em duas direções: simulando, em primeiro lugar, a vivência de um não-iniciado a esse tipo de texto e a segunda, na posição que “me cabe neste latifúndio” – que são os estudos da linguagem – problematizar algumas opções lingüístico-teórico-terminológicas que povoam o referido manual.

O capítulo inicial, intitulado *Lingüística* sugere um passeio por conceituações basilares para o entendimento do campo e sua relação com áreas correlatas; entretanto, parece indicar uma posição bastante generalista para explicar o conjunto de procedimentos adotados pelas diversas abordagens lingüísticas, partindo de conceituações confusas e superficiais para noções sobre “língua” e “linguagem”, por exemplo. Tal posição não-problematizadora incide explicitamente pelo uso indiscriminado de expressões como “o lingüista”, “os lingüistas”, “a Lingüística” e não “alguns lingüistas” ou “algumas correntes da Lingüística/ dos estudos da linguagem”.

Ao mesmo tempo em que os autores registram uma intenção

de imparcialidade na apresentação dos temas da área (p.16), algumas páginas depois (p.21) referem-se à faculdade da linguagem em termos de seu suposto caráter inato e universal, associando-se, assim, a uma visão gerativista sobre o assunto. A vagueza utilizada para contrapor Lingüística e gramática tradicional também chama a atenção: essa é tratada como “estranha” e “alheia” aos lingüistas (p.25). Tais termos, pouco elucidativos, não dão conta de colaborar para um contraponto substancial entre as duas áreas, principalmente levando em conta que o leitor potencial do manual está fortemente atrelado a uma visão gramaticeira sobre as questões de língua, as quais, em última análise, um manual dessa natureza pretende reverter. Ainda no mesmo capítulo, os autores fazem luz à Lingüística Aplicada (LA), situando-a no escopo de uma espécie de “aplicação da lingüística” e de outras áreas. Nesses termos, recentes (ou não tão recentes) discussões sobre o tema são ignoradas, entre elas, aquela que desmistifica a LA como mera aplicação de teorias lingüísticas.

O capítulo seguinte, *Funções da linguagem*, apesar de referenciar Halliday como um dos pesquisadores mais atuais sobre o tema, dedica as cinco páginas do capítulo a abordá-lo apenas apresentando as já superadas funções da linguagem de Jakobson. O terceiro capítulo, de apenas quatro páginas, denominado “Dupla articulação” inicia afirmando que “os lingüistas aceitam como verdade que *a linguagem humana é articulada*” (p.37; grifos do autor), sem no entanto fazer qualquer referência ao lingüista André Martinet, ícone desse pensamento. O tema da “dupla articulação” é tratado no capítulo de forma isolada, sem associá-lo a outras categorias dominantes no escopo da construção da Lingüística como ciência, nas primeiras décadas do século XX.

Na seqüência, aparece um capítulo denominado *Conceitos de gramática* (um dos mais longos da obra, com mais de vinte páginas), o qual trata de expor as concepções tradicional, histórico-comparativa, estrutural, gerativa e cognitivo-funcional de gramática, situando as duas últimas como as tendências “atuais” da área. Um ponto forte no capítulo é quando o autor afirma/questiona: “em lingüística, a *intenção* ou o *propósito* não podem ser detectados. Como podemos dizer, com toda certeza, o que o falante exatamente pretende com a sua fala?” (p.67; grifos do autor). A temática da “intenção do falante” é sintomática na formação dos alunos que têm chegado à universidade, normalmente inseridos em uma tradição

interpretativista de ensino basicamente calcada nesse pressuposto. Por si só, a problematização dessa questão valoriza o capítulo como um dos mais sedutores da obra.

O capítulo seguinte, *Arbitrariedade e iconicidade*, pretende abordar um tema caro às relações entre linguagem e cognição, segundo seus próprios autores. Iniciando pelas discussões da Grécia Antiga, dando um passeio pela Semiótica de Peirce e pelos estudos lingüísticos de Saussure, a questão é referenciada a partir de uma abundância de exemplificações e conceitos, os quais talvez não sejam suficientemente familiares ao leitor iniciante, o qual irá se deparar tanto com expressões típicas de uma concepção gerativista, como “sintagma nominal”, quanto com “adjetivos e substantivos”, reconhecidos de uma tradição normativa (cf. p.83).

O próximo capítulo, denominado *Motivações pragmáticas*, pretende recorrer às implicaturas conversacionais do filósofo americano Grice, à Teoria dos Atos de Fala de Austin e Searle, às Teorias da Polidez e à Análise da Conversação (com contribuições de diversos autores). A definição de Pragmática e os objetivos dessa área de estudos da linguagem são apresentados na terceira página do capítulo, após uma discussão inicial que traz à baila as dicotomias língua/fala e competência/desempenho e referencia outras áreas dos estudos lingüísticos pouco mencionadas até esse momento da obra, numa tentativa de justificar as motivações da Pragmática em torno da relação entre língua e sociedade.

Denominado *Estruturalismo*, o capítulo que segue vai pela primeira vez dar a Saussure o *status* que normalmente ele recebe nos primeiros capítulos de outros manuais de lingüística, abordando suas dicotomias ao longo de dez páginas (embora algumas já tenham sido mencionadas em capítulos anteriores). A vertente norte-americana estruturalista é representada pelo autor através das idéias de Bloomfield e Sapir, merecendo três páginas.

No capítulo seguinte, sobre o *Gerativismo*, a representação arbórea de alguns exemplos (em língua portuguesa e em língua inglesa) é o ponto chave. Outra relevância do capítulo está em referenciar a descoberta do geneticista Anthony Mônico, integrante do Projeto Genoma Humano, que anunciou a hipótese da existência do primeiro gene “destinado a controlar a capacidade lingüística humana: o FOXP2” (p.138). Para muitos leitores iniciantes, informações como essa poderão vir a promover o interesse por

perspectivas biologizantes sobre a linguagem, ativadas por problematizar a discussão em torno do tema, tão em voga nos últimos tempos.

A *Sociolingüística* é tratada em um capítulo de pouco mais de dez páginas, onde a sociolingüística variacionista é a única contemplada, deixando de lado (até mesmo de ser mencionada) a sociolingüística interacional, área também consolidada nos estudos da linguagem. Como uma obra introdutória, “apagamentos” dessa natureza acabam sendo problemáticos, pois mesmo que não haja desenvolvimento na explicação de algumas subáreas, caberia ao menos que elas fossem mencionadas, evitando que o aluno iniciante tenha o entendimento equivocado de que a única sociolingüística existente é a de vertente variacionista.

O *Funcionalismo* é contemplado no capítulo seguinte, abordado tanto em suas vertentes européia como norte-americana, com ênfase sobre a segunda. O tratamento de princípios e categorias centrais do funcionalismo são tratados com definições e exemplificações acessíveis ao aluno iniciante, as quais dão conta de mostrar-lhe de forma sintética e sistematizadora, senão a possibilidade de “apreensão” de todas as categorias mencionadas, pelo menos uma visão abrangente das mesmas; e mais, diria até, didatizada, de como esses conceitos não só soam pertinentes, como também são operacionais para uma análise lingüística da língua em uso.

O capítulo sobre a *Lingüística Cognitiva* é subdividido em subtemáticas como a modularidade, o caráter interacional da construção do significado, o pensamento corporificado, a organização do conhecimento, o princípio da projeção e o processo de mesclagem. A tentativa de apresentação da área de forma introdutória é parcialmente cumprida, principalmente nos dois últimos subitens, confusos para qualquer marinheiro de primeira viagem no tema. De qualquer forma, as exemplificações apresentadas ao longo do capítulo e as aparentes perguntas retóricas que o compõem fazem dele um dos mais interessantes da obra.

O capítulo *Lingüística Textual* versou sobre as duas propriedades clássicas que compõem um texto, a coesão e a coerência. Na primeira, mencionam-se os cinco mecanismos básicos postulados por Halliday e Hasan (referência, substituição, conjunção, elisão e coesão lexical) e na segunda, situam-se os três domínios que se articulam para compor um texto coerente (lingüístico, extralingüístico e pragmático).

No capítulo *Aquisição da linguagem*, foram enfatizadas as hipóteses mais difundidas sobre o tema: behaviorista, inatista, construtivista e interacionista. Na esteira de temas “psicologizantes”, o capítulo seguinte *Psicolinguística experimental* faz um histórico, situa a área e demonstra a sua metodologia. O último capítulo do livro, *Linguística e ensino*, faz um apanhado sobre as concepções de linguagem e encerra problematizando a noção de sujeito.

A obra é marcada por um conjunto de ausências (dedicar um capítulo à Psicolinguística Experimental e nenhum às diferentes teorias discursivas, por exemplo) e principalmente de alguns equívocos: reduzir a lingüística aplicada a um mero ramo da lingüística, minimizar a importância das discussões sobre o ensino no capítulo dedicado a esse tema e pulverizar em capítulos diferentes, sem contextualização adequada, o estatuto dado a Saussure como grande nome para o advento da área.

Uma obra introdutória tem o dever de situar o leitor nos domínios e autores-referência que acompanham qualquer manual da área. Um iniciante poderá vir a entender que Bloomfield e Lakoff, por exemplo, têm o mesmo peso no rol de avanços/proposições das teorias lingüísticas, o que não seria minimamente desejado, pensando em uma primeira apropriação, caleidoscópica, é verdade, dos grandes temas da área.

Para os leitores iniciantes e para os professores de graduação que desejam permitir aos alunos os primeiros mergulhos no mar da Lingüística, recomendo a obra com restrições, pois uma leitura mais atenta – e crítica – de alguns capítulos poderá ajudar inclusive a fomentar discussões acaloradas sobre as diferentes frentes em que a área têm atuado; entretanto, tentando “fugir” de leituras “resumidísticas”, é mais cabível – e às vezes necessário – ler os fundamentos nos autores fundadores e não nos manuais.

TASSO, Ismara (Org.). **Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória**. São Carlos: Claraluz, 2008. 240p.

Resenhado por Guilherme Pereira Bittencourt

O livro *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória*, organizado por Ismara Tasso e editado em 2008 pela editora Clara Luz, inicia com uma apresentação feita pela lingüista Maria do Rosário Gregolin, a qual descreve a obra como expressão da “Diversidade dos estudos do texto e do discurso feitos atualmente no Brasil”. Desta forma, sob o tema geral, situado entre língua(gens), identidade e memória, reúne 17 artigos que contêm análises textuais e discursivas.

O livro é dividido em quatro capítulos. O artigo *Slogans que se retomam*, de Sírio Possenti, abre o primeiro capítulo da obra, *Língua, discurso político e memória*, trazendo o questionamento: se os *slogans* recorrem à memória. Esta é uma memória discursiva que constata certa relação entre enunciados? Ou seria lembrança dos sujeitos? O que seria do domínio da cognição e/ou pragmática. Assim, Possenti busca em autores como Pêcheux, Foucault e Courtine fundamentos teóricos para explicar memória discursiva (interdiscurso) e memória consciente (lembrança) e, a partir disso, afirma que a memória em *slogans* políticos ultrapassa o interdiscurso captado pelos enunciados, a fim de alcançar efeitos pretendidos pela propaganda.

O segundo artigo, *Proposições e notas em vista de uma sufixação*, de Roberto Leiser Baronas e Rejane Centurion, demonstra, nos discursos políticos, a possibilidade de se trabalhar a questão da sufixação sob a perspectiva discursiva, vendo nesse conteúdo mais do que um fenômeno lingüístico, na medida em que, dentro do contexto político, os sufixos podem desqualificar o discurso do outro. Logo, seu sentido não está preso ao léxico, mas depende do contexto de produção. Nesse caso, a depreciação do discurso do outro é característica do discurso político.

Matizes de sentido na representação verbo-visual: (des)encontros da arte com a história e a memória, de Ismara Tasso, é o último artigo do primeiro capítulo. Baseada nos conceitos de repetição vertical e memória lacunar, a autora discute, dentro de acontecimentos expressos em manifestações artísticas referentes às reformas

educacionais do Brasil, que enunciados podem ser apagados ou semanticamente recorridos, ou seja, que os desencontros da arte com a história e a memória produzem efeitos de sentido que possibilitam transformar um discurso em outro.

No segundo capítulo, *Lingua(gens), mídia, memória, história e identidade*, o primeiro artigo, *Discurso, história e memória: contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia*, de Pedro Navarro, é dedicado a todos interessados em análise do discurso midiático ou para quem está iniciando os estudos quanto aos pressupostos foucaultianos propostos no título. Dessa maneira, o autor propõe que o estudioso do discurso da mídia inicie sua busca pelo “discurso e sua relação com a história e o poder” (p.59) para se desvencilhar de dificuldades básicas, geralmente encontradas pelo analista do discurso midiático, como situar-se dentro de uma perspectiva lingüística e, mesmo assim, buscar, no exterior, objetivos e métodos de que deverá abdicar para deixar falar seu objeto de análise.

No artigo *A quarta onda: observações sobre a revolução da informação*, Valdemir Miotello e André Luiz Covre problematizam a visão monológica de mensagem utilizada pela grande mídia, evidenciando, através de textos políticos e novas tecnologias, que a linguagem é dialógica, pois não existe um enunciado sem resposta. Deste modo, utilizam os conceitos da teoria dialógica, de Mikhail Bakhtin, para refletir sobre a dialogização necessária à linguagem das mídias modernas.

O terceiro artigo do segundo capítulo é *Interpretação, memória e trajetos sociais*, de Maria da Conceição Fonseca-Silva, Celma de Oliveira Prado e Edvânia Gomes da Silva, as quais partem do conceito de hermenêutica, proposto por Fonseca-Silva (2007), a fim de explicar os significados de “interpretação”. Para isso, fazem um apanhado desde Platão até Pêcheux e concordam com o último no fato de que a interpretação deve ser vista na língua a partir da relação entre memória e acontecimento, sendo que a interpretação independe da vontade do sujeito, à medida que escapa do consciente e das intenções do mesmo.

Em *Identidade e construção do mundo no (e pelo) discurso: uma reflexão sobre o conceito de Ethos*, Sônia Aparecida Lopes Benites explica o conceito de *ethos* sob os pontos de vista retórico (Aristóteles), argumentativo (Charaudeau) e discursivo (Maingueneau), para definir, no discurso político, o funcionamento desses conceitos.

Assim, observa nos *ethé* apresentados por cinco candidatos à prefeitura de Maringá (PR), na campanha eleitoral do ano 2000, que a perspectiva discursiva é a mais apropriada para estabelecer os efeitos de sentido que o enunciador gera através de sua posição, a qual se insere em uma formação discursiva.

Também analisando o discurso político sob a perspectiva do *ethos* discursivo, Maria Célia Cortez Paseti considera no artigo *Ethos e a construção identitária em discurso político eleitoral*, por meio de transcrições da campanha eleitoral de 2004 feitas pelo Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos da UEM (Universidade Estadual de Maringá), que os sujeitos políticos enunciam a partir de lugares discursivos singulares. Assim sendo, a autora busca compreender os processos de transformação dos discursos políticos.

O terceiro capítulo, *Identidade, memória e práticas de subjetivação*, inicia com o artigo *Corpo, depilação masculina e memória: acerca do sujeito e seus sentimentos de identidade*. Neste artigo, Nilton Milanez discorre sobre “a condição de nossos corpos nesse primeiro decênio do século XXI”, analisando o corpo como expressão de identidade. O autor apresenta as possibilidades estéticas utilizadas pelo homem moderno, principalmente no que diz respeito à eliminação da barba. Assim, defende que para a realização dessas ações, já que vivemos em um mundo machista, memórias têm que ser descartadas para a formação de uma imagem diferente das pré-concebidas. Isso gera uma formação identitária nova.

Outro artigo que trata da questão corpórea é *A identidade escrita nos corpos*, de Roselene de Fátima Coito. Sob esse enfoque, são pensadas questões identitárias expressas pelas tatuagens, em que os desenhos podem transmitir a identidade do sujeito. A autora faz um percurso entre três dimensões do corpo tatuado: superfície de opressão, imagens de singularidades étnicas e o poder do corpo sobre si mesmo através das imagens.

Claudemar Alves Fernandes trabalha, no texto *Práticas de subjetivação e construções identitárias dos sem-terra*, a formação da identidade destes sujeitos por intermédio da prática de subjetivação e agenciamento da enunciação. O autor defende que a identidade dos sem-terra se forma em um processo ininterrupto e mutável, de modo que o sujeito não é homogêneo (incompletude) e busca sua formação identitária através da luta.

O último capítulo, *Identidade, sujeito, saber e práticas sociais e discursivas*, começa com o artigo de Ceci-Maria Aparecida Honório, intitulado *Percursos de inclusão indígena no Paraná: identidades, instituições e memórias*, o qual aborda a formação identitária indígena inserida nas políticas públicas de inclusão no estado do Paraná. Já o artigo seguinte, *Identidade e memória: representações femininas no cordel e no teatro nordestino*, de Regina Boracuhy e Maria Emannuele Monteiro, evidencia a construção identitária e representação da figura feminina nos textos “*História do cavalo que defecava dinheiro*” (Barros, 1999) e “*O auto da Compadecida*” (Suassuna, 2005).

No artigo *Identidade e polêmica na narrativa processual*, Edson Carlos Romualdo comprova que os sujeitos pertencentes ao “Grupo do direito da justiça” constroem e mantêm sua identidade como pertencentes a esse grupo por meio do saber jurídico, mesmo diante das polêmicas instauradas nos processos. Na seqüência, Solange Gallo, no texto *Autoria: função do sujeito e efeito de discurso*, sob a luz dos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa, busca parâmetros para identificar a determinação do sujeito discursivo no âmbito social, histórico e ideológico.

O penúltimo artigo do livro é *Os modos de reverenciar o outro: a sinalética da identidade*, de Dirceu Cleber Conde, cuja proposta é uma interpretação, no viés da AD francesa, de como os sujeitos, ao enunciarem, assumem identidades. Conde defende que o analista deve identificar a reprodução identitária nos discursos. *As formas não conformadas do pensamento de Pierre Bourdieu: uma análise de certas categorias*, de Mário Neves de Azevedo, que fecha a obra, baseia-se nas categorias de capital cultural, *habitus*, distinção e campo social para debater a questão da luta dos atores sociais em seus campos. O autor fundamenta-se no viés da “teoria da ação”, de Pierre Bourdieu.

Em face do exposto, pode-se dizer que o livro organizado por Ismara Tasso configura-se como uma ótima leitura para os estudiosos do texto e do discurso, uma vez que evidencia os pressupostos das principais linhas teóricas textuais e discursivas, as quais podem ser vistas em uma abordagem atual e variada. O lançamento de uma obra que agrupa variadas reflexões sob essa perspectiva é de suma importância, na medida em que proporciona o acesso a pesquisas que estão em voga nos meios acadêmicos, como é o caso das *interfaces entre língua(gens), identidade e memória*.